

ESTUDO DOS ERROS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: UMA PESQUISA NOS ESCRITÓRIOS CONTÁBEIS EM SANTANA DO LIVRAMENTO/RS

Resumo

O objetivo do estudo é analisar os principais erros ocorridos nas demonstrações contábeis, analisando as causas dos referidos erros, as ações profissionais da área contábil para prevenção dos erros, bem como as atitudes dos empresários que podem colaborar para erros nas demonstrações ou informações insuficientes. Para a realização da pesquisa, a técnica utilizada foi a entrevista do tipo estruturada com profissionais responsáveis por três escritórios contábeis em Santana do Livramento/RS. Os resultados da presente pesquisa apontam a necessidade de uma maior sinergia entre os responsáveis pelas empresas e os profissionais que lhes prestam o serviço contábil, a fim de que seja possível um trabalho de forma integrada, compartilhando informações e cumprindo as responsabilidades que a cada um desses atores é incumbida, para a obtenção dos resultados desejados. As principais conclusões refletem que as demonstrações contábeis atuam de forma basilar nas decisões da empresa, fornecendo informações para o alcance dos objetivos da entidade. A elaboração dessas demonstrações deve ser resultado de um trabalho fundamentado no conhecimento atualizado e competente do profissional contábil e da colaboração responsável e consciente por parte do gestor da entidade para o alcance de suas metas e do atendimento das exigências dos órgãos de fiscalização.

Palavras-chave: Contabilidade; Demonstrações Contábeis; Erros nas Demonstrações.

Área Temática: Contabilidade para Usuários Externos

1 Introdução

Na atualidade, com a influência da globalização que diminuiu as fronteiras no mundo dos negócios, a ciência contábil vem evoluindo juntamente com a legislação para acompanhar e adequar-se às novas necessidades que as mudanças no cenário econômico impõem. Neste contexto, as demonstrações contábeis, ou demonstrações financeiras exercem um papel indispensável, expressando a situação patrimonial e auxiliando os diversos usuários na tomada de decisão, colocando à disposição dos interessados uma gama de informações patrimoniais acerca da entidade. As normas internacionais de contabilidade definem as demonstrações financeiras como uma representação estruturada da posição financeira e do desempenho financeiro de uma determinada entidade (OLIVEIRA, 2012).

Assim sendo, a certeza e objetividade dos dados constantes nas demonstrações contábeis é um fator primordial para a utilização dessas informações, sendo fundamental que erros sejam identificados e sanados, evitando assim possíveis distorções na fidedignidade das demonstrações.

A questão que norteia essa pesquisa é verificar quais os principais erros nas demonstrações contábeis, ou seja, os equívocos mais cometidos na elaboração das demonstrações que refletem a situação patrimonial e financeira da entidade, resultando em dados que ficam à margem da real situação da empresa.

O objetivo geral da pesquisa é analisar os principais erros ocorridos nas demonstrações que podem ter impactos sobre a avaliação econômico-financeira da empresa e de suas atividades. Os objetivos específicos são: identificar os erros nas demonstrações contábeis; verificar como ocorre a detecção e correção dos erros; apontar atitudes ou omissões dos gestores das empresas envolvidas que contribuem para os erros nas demonstrações ou informações insuficientes; identificar as providências dos profissionais da área contábil para evitar a elaboração de demonstrações em desconformidade com a situação da entidade.

A pesquisa foi aplicada em escritórios contábeis localizadas em Santana do Livramento/RS, nos quais foram entrevistados os contadores, com o objetivo de responder o questionamento deste estudo.

A relevância do tema da presente pesquisa está no estudo feito visando identificar fatores que resultam em erros e distorções nos dados constantes nas demonstrações contábeis. Dessa forma, conhecendo os principais equívocos cometidos por profissionais e gestores é possível adotar medidas preventivas e corretivas visando a apresentação de informações fidedignas, transparentes e objetivas.

O artigo apresenta-se dividido em seis seções: Após esta introdução será apresentado na seção 2, o referencial teórico, que compreende os conceitos fundamentais deste estudo. Logo após, na seção 3, na qual é abordado o método da pesquisa, em seguida na seção 4, em que são apontados os resultados da pesquisa, na seção 5 é exposta a análise dos resultados, com base nos dados obtidos e a seção 6, por sua vez compreende a conclusão deste artigo.

2 Referencial Teórico

Desde os primórdios da civilização, no surgimento das primeiras cidades comerciais, com os fenícios, babilônicos e egípcios, a contabilidade apresenta-se como um pilar na atividade comercial, fundamentada na necessidade de registro e de controle do patrimônio, fornecendo informações acerca das aziendas. No Brasil a expansão da contabilidade dá-se a partir de 1808, com a demanda econômica mais robusta devido às políticas econômicas trazidas pela vinda da família real e a criação do Tesouro Nacional, tendo a presença do contador nas Tesourarias da Fazenda das províncias (PORTAL, 2012). A evolução da ciência contábil através dos anos é um reflexo da necessidade das organizações em controlar o

patrimônio e obter informações fidedignas, fundamentais no processo de diagnóstico e resolução de problemas, como também na tomada de decisões.

2.1. Legislação pertinente à contabilidade brasileira

A legislação tem evoluído no sentido de regulamentar, acompanhar e suprir as necessidades resultantes das inovações econômico-financeiras das entidades. Atualmente a legislação contábil e comercial compreende vários instrumentos normativos, como pode-se observar:

A lei geral no Brasil para a regulamentação da atividade contábil é a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. A referida lei dispõe e regulamenta sobre as sociedades por ações. A Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404/1976 e da Lei nº 6.385/1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras, promovendo significativas modificações na estrutura das referidas demonstrações, visando a adequação aos padrões internacionais de contabilidade.

As Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC), sejam elas profissionais ou técnicas, estabelecem preceitos de conduta profissional e padrões e procedimentos técnicos necessários ao adequado exercício profissional (PORTAL, 2012).

Além desses dispositivos, a atividade contábil rege-se também pelas Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade, Decreto-lei nº 9.295/1946, que dispõe sobre a criação do Conselho Federal de Contabilidade, sobre a profissão contábil e dá outras providências. Também temos as súmulas do CFC, Normas e Procedimentos de Contabilidade, Comunicados Técnicos e Interpretações Técnicas do IBRACOM, Normas do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC, e o Estatuto da Micro e Pequena Empresa – Lei Complementar nº 123/2006 (PORTAL, 2012). A Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, altera artigos do Decreto-lei nº 9.295/1946, introduzindo, inclusive, o exame de suficiência para o profissional da contabilidade.

2.2. Demonstrações financeiras

Segundo Reis (2009) as demonstrações financeiras afirmando que consistem num conjunto de demonstrações previstas por lei ou consagradas pela prática, normalmente elaborados ao final do exercício social. Ainda, de acordo com Reis (2009) o objetivo básico das demonstrações financeiras é fornecer informações para a correta gestão dos negócios e para a correta avaliação dos resultados operacionais.

Conforme a Lei nº 6.404/1976, as demonstrações financeiras serão publicadas pela imprensa no final de cada exercício social, evidenciando a situação da entidade, assim como as mutações patrimoniais ocorridas no período a que se referem. Conforme Agostinho (2012), cada demonstração financeira objetiva evidenciar informações referentes a determinado aspecto da empresa, como situação, performance, distribuição de lucros.

2.2.1. Princípios contábeis aplicáveis às demonstrações financeiras

Trata-se de uma série de normas definidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, com o intuito de padronizar os procedimentos e as análises contábeis (REIS, 2009). Conforme a Resolução CFC nº 750, de 29 de dezembro de 1993, em seu art. 3º, são princípios de contabilidade: a) Princípio da Entidade; b) Princípio da Continuidade; c) Princípio da Oportunidade; d) Princípio do Registro Pelo Valor Original; e) Princípio da Competência; e f) Princípio da Prudência. A redação dada pelo art. 2º da Resolução CFC nº 750/1993 é esclarecedora na definição dos princípios contábeis:

Os Princípios de Contabilidade representam a essência das doutrinas e teorias relativas à Ciência da Contabilidade, consoante o entendimento predominante nos universos científico e profissional de nosso País. Concernem, pois, à Contabilidade no seu sentido mais amplo de ciência social, cujo objeto é o patrimônio das entidades.

2.2.2. Demonstrações contábeis atualmente exigidas pelo fisco

Conforme disposto pela Receita Federal do Brasil, as pessoas jurídicas com tributação apurada pelo lucro real, independentemente da forma societária, e em conformidade com as leis comerciais, estão obrigadas a apresentarem as seguintes demonstrações: a) Balanço Patrimonial; b) Demonstração do resultado do exercício; c) Demonstração de fluxo de caixa; d) Demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados; e) Demonstração do valor adicionado, para as companhias abertas; f) Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido, para as companhias abertas (Conforme exigência da Comissão de Valores Mobiliários).

Segundo a Lei nº 6.404/1976, as demonstrações financeiras das companhias abertas estarão observando, ainda, as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, e serão obrigatoriamente auditadas por auditores independentes registrados na mesma Comissão (REIS, 2009).

2.2.2.1. Balanço Patrimonial

Conforme Ferreira (2009), o balanço patrimonial é uma exposição, com base na data do encerramento do exercício, do ativo, das obrigações e da situação líquida da entidade. Representa um inventário do patrimônio, evidenciando a situação patrimonial da entidade num determinado período, possuindo um caráter estático.

2.2.2.2. Demonstração do Resultado do Exercício

Trata-se de uma demonstração de suma importância, visto que tem o objetivo de demonstrar a composição do resultado, seja ele lucro ou prejuízo, em um determinado período. Possui um caráter evolutivo, fornecendo informações de natureza financeira acerca da entidade (PORTAL, 2012).

2.2.2.3. Demonstração dos Fluxos de Caixa

Obrigatória para as companhias abertas e para as fechadas de patrimônio líquido com valor igual ou superior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais). Apresenta as alterações ocorridas nas disponibilidades da companhia, evidenciando os fluxos de recebimentos ou pagamentos das atividades operacional, de investimento e de financiamento. As alterações analisadas compreendem também as demais disponibilidades, como contas bancárias e investimentos de elevada liquidez (FERREIRA, 2009).

2.2.2.4. Demonstração do Valor Adicionado

Tornou-se obrigatória para as companhias abertas a partir da edição da Lei nº 11.638/2007, é destinada a evidenciar o valor da riqueza gerada pela companhia, assim como a sua respectiva distribuição entre os atores que contribuíram para a sua geração, além de apresentar também a parcela não distribuída do lucro. É elaborada com base nos dados constantes da Demonstração do Resultado do Exercício (FERREIRA, 2009).

2.2.2.5. Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados

Conforme o art. 186 da Lei nº 6.404/1976, deverá ter sua elaboração observada pelas sociedades por ações, bem como pelas pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real. Tem por finalidade apresentar a destinação do resultado do exercício. É um instrumento de

integração entre o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício (IÚDICIBUS; MARION, 2000).

2.2.2.6. Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido

A Lei nº 6.404/1976 faculta a elaboração e publicação da DMPL. Entretanto, a Instrução nº 59/1986 da Comissão de Valores Mobiliários determina a elaboração e publicação da DMPL para as companhias abertas (FERREIRA, 2009). A DMPL é uma demonstração mais completa e abrangente, já que evidencia a movimentação de todas as contas do patrimônio líquido durante o exercício social, inclusive a formação e utilização das reservas não derivadas do lucro (FERREIRA, 2009).

2.3. IFRS – A influência das normas internacionais de contabilidade nas demonstrações financeiras das empresas brasileiras

A sigla inglesa IFRS, significa em português o termo Padrões Internacionais de Relatórios Financeiros. É um conjunto de pronunciamentos de contabilidade internacionais produzidos, publicados e revisados por organismos internacionais, com o objetivo de implantar modelos de contabilidade padronizados em diversos países e blocos comerciais para facilitar o comércio e entendimento financeiro internacional (CPCON, 2012).

Segundo as informações que aponta o referido site, um dos pontos-chaves abordados pela IFRS é a questão do controle patrimonial, em especial o Balanço Patrimonial. A padronização do controle e Balanço Patrimonial das empresas foi desenvolvida principalmente para facilitar aquisições e fusões das empresas. O principal objetivo das demonstrações financeiras e de controle patrimonial nas normas do IFRS é fornecer relatórios sobre a posição financeira das empresas, os resultados, balanços e as mudanças da posição financeira de um modo simples e prático para que o maior número possível de usuários e profissionais possam entendê-las e assim tomar suas decisões (CPCON, 2012).

2.4. Erros nas demonstrações financeiras

Com o objetivo de complementar a pesquisa acerca dos principais erros nas demonstrações contábeis, a seguir é apresentada uma relação dos erros mais comuns relativos às demonstrações financeiras primárias através de um demonstrativo formulado pela multinacional Pricewaterhousecoopers (PWC), que atua no ramo de auditoria, entre outras áreas no Brasil desde 1915.

Quadro 01: Balanço Patrimonial

Participação dos não controladores	A participação dos não controladores, embora deva ser destacada, deve ser apresentada dentro do patrimônio líquido. [IAS 1 / CPC 26.54]
IR/CS diferidos no longo prazo	Os ativos e passivos de tributos sobre a renda (IR/CS) diferidos devem ser classificados sempre no longo prazo no balanço, mesmo que a expectativa de sua realização seja de curto prazo. Em nota explicativa é que se deve fazer a distinção da parcela de curto prazo. [IAS 1 / CPC 26.56]
Impostos indiretos e impostos de renda	Os ativos e/ou passivos por imposto de renda e contribuição social devem ser apresentados separadamente dos ativos e passivos de tributos indiretos (PIS, COFINS, IPI, etc). [IAS 1 / CPC 26.54(n)]
Confusão entre “ativos mantidos para venda” e ativos “disponíveis para venda”	Ativos mantidos para venda são ativos ou grupos de ativos não circulantes que serão vendidos no curto prazo e foram classificados assim conforme IFRS 5 / CPC 31. Ativos “disponíveis para venda” fazem parte de uma categoria de instrumento financeiro classificado conforme IAS 39 / CPC 38.

Apresentação bruta/líquida das provisões e depósitos judiciais	As circunstâncias devem ser analisadas cautelosamente para determinar se uma apresentação bruta ou líquida é apropriada. A suspensão da exigibilidade de um tributo, e a impossibilidade do resgate do depósito, são indícios fortes de que esse depósito deve ser apresentado reduzindo o saldo do correspondente contas a pagar. Quando não existe estes indícios o depósito é normalmente apresentado como ativo. A análise deve ser feita caso a caso. Não se pode, indiscriminadamente, apresentar provisões/tributos a pagar líquidos de depósitos judiciais. Em geral, esperamos que alguns depósitos atendam a definição para apresentação pelo líquido e outros não. [IAS 1 / CPC 26.32]
--	---

Fonte: PWC, 2012.

Quadro 02: Demonstração do Resultado do Exercício

Misturando apresentação das despesas por função e por natureza	Despesas devem ser apresentadas por função (ex. Custo de venda, Despesas Administrativas, Despesas de Vendas) ou por natureza (ex. Despesas com pessoal, Despesas com matérias primas, Depreciação e amortização). Não se pode misturar os dois modelos (ex. Custo de venda, Despesas Administrativas, Depreciação e amortização). [IAS 1 / CPC 26.99]
Não apresentar o lucro por ação (básico e diluído)	As companhias abertas, em suas DFs consolidadas de acordo com o IFRS, devem apresentar lucro por ação, tanto básico quanto diluído, na demonstração do resultado (i.e. não pode ser em nota explicativa, exceto demonstrativo detalhado do cálculo), com base no número de ações médio do período. [IAS 33.66] Até que seja emitido em forma final o CPC que trata do lucro por ação, há diferenças de prática contábil entre BR GAAP e IFRS neste tema. O lucro por ação deve ser apresentado por classe de ação.
“Receita bruta” apresentada na demonstração de resultado	A receita a ser apresentada na demonstração de resultado deve ser a “receita” como definido no IAS 18 / CPC 30. Neste caso, em geral a demonstração do resultado deve partir do que anteriormente chamávamos no BR GAAP de “receita líquida de vendas”. Portanto, não é mais aceitável apresentar no resultado a “receita bruta”, que em geral inclui impostos sobre vendas e é anterior as deduções de vendas (descontos, abatimentos, devoluções etc).
Apresentação de “despesas não recorrentes”	Devem ser apresentados linhas adicionais de despesas, ganhos ou perdas relevantes na demonstração de resultado, quando essa apresentação for relevante para o entendimento do desempenho da companhia no período. Isso não significa que “despesas não recorrentes” podem ser apresentadas como uma linha separada e identificada como tal na demonstração de resultado. [IAS 1 / CPC 26.85]
Apresentação líquida de despesas e receitas financeiras	Despesas e receitas financeiras devem ser apresentadas separadamente na demonstração de resultado. [IAS 1 / CPC 26.82(b)]
Recomendação: É melhor apresentar os ganhos e perdas cambiais em uma linha separada no resultado financeiro, ou mesmo na linha de outras receitas e despesas operacionais, divulgado os valores em nota explicativa. O mais importante é não tratá-los como despesas e receitas financeiras.	

Fonte: PWC, 2012.

Quadro 03: Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

O saldo de reservas legais e estatutárias são diferentes entre DFs societárias e DFs em IFRS	As reservas legais e estatutárias (ex. reservas de capital, legal, para investimento etc) devem ser iguais nas demonstrações financeiras societárias e nas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com o IFRS. Quaisquer diferenças de GAAP devem ser tratadas em conta de lucros acumulados ou de avaliação patrimonial, dependendo do caso.
Lucros acumulados zerados ou não	As sociedades por ação devem ter eventual saldo de lucros acumulados destinado ao final do exercício, nas DFs societárias. Nas DFs consolidadas de acordo com o IFRS, pode haver saldo de lucros acumulados, decorrente de eventuais diferenças entre o patrimônio líquido conforme BR GAAP e IFRS. É importante deixar claro ao leitor

	que esse saldo não está sujeito à distribuição, uma vez que a base de distribuição de resultados são as DFs societárias. [IAS 1 / CPC 26.56]
Impostos indiretos e impostos de renda	Os ativos e/ou passivos por imposto de renda e contribuição social devem ser apresentados separadamente dos ativos e passivos de tributos indiretos (PIS, COFINS, IPI, etc). [IAS 1 / CPC 26.54(n)]
Omissão da coluna dos não controladores	A DMPL deve mostrar todas as movimentações no patrimônio líquido, incluindo a parte atribuível aos não controladores. [IAS 1 / CPC 26.106]
Não segregação das movimentações do patrimônio líquido entre resultado do período, outros resultados abrangentes e transações com acionistas da empresa	Toda coluna da DMPL deve apresentar em forma separada quais das movimentações correspondem ao resultado do período, a outros resultados abrangentes ou a transações com acionistas na sua condição de acionistas (separando contribuições feitas, distribuições de dividendos e mudanças em participação em subsidiárias sem perda de controle) [IAS 1 / CPC 26.106 (d)]

Fonte: PWC, 2012.

Quadro 04: Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Apresentação líquida de captações e amortizações de empréstimos	As captações de recursos (empréstimos, financiamentos etc) devem ser apresentadas numa linha separada de suas amortizações. A apresentação pelo líquido é comum somente para instituições financeiras. [IAS 7.21 / CPC 03.23]
Classificação equivocada de captações e concessões de empréstimos	Captar um empréstimo é atividade de financiamento; emprestar recursos é atividade de investimento. Como exemplo, podemos ter uma companhia tomando empréstimo da controladora, transação essa que deve ser tratada como atividade de financiamento e, por outro lado, emprestando recursos para uma coligada, o que deve ser tratado como atividade de investimento. Essas operações não devem ser tratadas como “variações nos saldos de partes relacionadas” dentro das atividades operacionais, exceto se se tratar de conta corrente.
Recomendação: Para que a DFC não fique muito grande, a administração pode, alternativamente, apresentar a reconciliação do lucro para o caixa gerado nas operações em uma nota explicativa às demonstrações financeiras. Ver Nota 36 das DFs ilustrativas da PwC “ <u>IFRS Primeira Adoção S.A.</u> ”	

Fonte: PWC, 2012.

Quadro 05: Demonstração de Valor Adicionado

Apresentação como demonstração principal (quadro) nas DFs consolidadas em IFRS	A DVA é uma demonstração principal segundo os CPCs. A DVA não tem previsão no IFRS e, portanto, não pode ser tratada como demonstração primária nas DFs segundo esse padrão. Sugerimos que, quando incluída, a DVA consolidada em IFRS seja apresentada em uma nota explicativa às DFS. [IAS 1 / CPC 26.10]
--	---

Fonte: PWC, 2012.

2.5. Estrutura de fiscalização das demonstrações financeiras

A fiscalização das demonstrações contábeis é exercida por entidades designadas de acordo com a sua área de atuação. Conforme dispõe o site CRC-ES, os Conselhos Regionais de Contabilidade, baseados nos parâmetros nacionais do Conselho Federal de Contabilidade

atuam na regularização contábil-empresarial e na regularização e cumprimento da profissão contábil. Fiscalização do exercício profissional – Esclarecedora é a explanação apresentada na seção de Fiscalização do site do CRC-ES a respeito de sua atividade fiscalizatória:

Os Conselhos Regionais de Contabilidade têm a fiscalização da atividade contábil como fundamento precípua de suas atividades, observando integralmente a legislação em vigor e os parâmetros nacionais de fiscalização estabelecidos pelo CFC. Suas atividades inserem-se no registro cadastral das organizações e as situações de seus sócios/colaboradores e funcionários. No âmbito técnico, verifica-se a execução da escrituração contábil regular de todas as empresas/clientes, o cumprimento da Legislação da Profissão Contábil, dos Princípios Fundamentais e das Normas Brasileiras de Contabilidade mediante análise das Demonstrações Contábeis, a manutenção de Contratos de Prestação de Serviços Profissionais de Contabilidade e as rotinas de controle referente às Declarações Comprobatórias de Percepção de Rendimentos (DECORE). (FISCALIZAÇÃO, 2012).

A Comissão de Valores Mobiliários, conforme Ferreira (2009) é entidade normativa no mercado de valores mobiliários emitidos por sociedades anônimas que negociam seus títulos com o público. Auditoria independente nas demonstrações contábeis: as demonstrações das companhias abertas serão obrigatoriamente auditadas por auditores independentes com registro na Comissão de Valores Mobiliários. IAS – International Accountings Standards – São pronunciamentos de contabilidade emitidos pelo IASC (International Accounting Standards Committee) com a finalidade de formular um novo padrão de normas contábeis internacionais que possa ser universalmente aceito.

Já o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, também conforme FERREIRA (2009):

Foi criado pelo CFC com o objetivo de estudar, preparar e emitir pronunciamentos técnicos sobre procedimentos de contabilidade e divulgar informações dessa natureza para permitir a emissão de normas pela entidade reguladora brasileira, visando à centralização e uniformização do seu processo de produção, considerando a convergência da contabilidade brasileira aos padrões internacionais.

3 Método de Pesquisa

A pesquisa realizada é de natureza descritiva e qualitativa, que conforme Hair *et al.* (2005), em geral é estruturada e especificamente criada para medir as características descritas em uma questão de pesquisa. As hipóteses, derivadas da teoria, normalmente servem para guiar o processo e fornecer uma lista do que precisa ser mensurado.

A ferramenta para a coleta de dados utilizada foi a entrevista, sendo este um procedimento para coleta de dados primários a partir de indivíduos (HAIR *et al.*, 2005). A entrevista utilizada foi do tipo estruturada, na qual temos como instrumento para a coleta de informações um roteiro de perguntas específicas. Foram entrevistados três contadores, identificados como A, B e C, responsáveis por três escritórios prestadores de serviços contábeis em Santana do Livramento/RS, que responderam as seguintes perguntas:

Quadro 06: Roteiro de entrevistas

- 1) Quais os principais erros mais freqüentes nas demonstrações contábeis? Por exemplo, aqueles que já se costuma empregar um cuidado especial para a sua não ocorrência.
- 2) Como é feita a detecção e a correção desses erros nas demonstrações?
- 3) Que precauções o (a) Senhor (a) e a sua equipe de trabalho costumam tomar para que não haja a ocorrência de erros nas demonstrações?

- 4) Que atitudes ou omissões por parte das empresas podem contribuir para demonstrações em desconformidade com a realidade da empresa?
- 5) No tocante às informações exigidas pelo fisco nas demonstrações contábeis da atualidade, o (a) Senhor (a) considera que algumas são irrelevantes, ou que não acrescentam uma utilidade prática para as empresas locais? Poderia exemplificar?
- 6) Quais as informações que o (a) Senhor (a) considera importantes, mas que ainda não são exigidas pelo fisco?
- 7) Demonstrações errôneas passam uma imagem equivocada da real situação da empresa, ou do objetivo que esta almeja. Há ocorrência de clientes questionarem as demonstrações efetuadas pelos contadores? Que tipos de ocorrências?
- 8) Quais as providências do seu escritório para a capacitação dos seus colaboradores para a prestação de um serviço de excelência?

Fonte: Elaborado pelos autores.

4 Resultados da Pesquisa

Neste momento é realizada uma explanação acerca do conteúdo das informações repassadas pelos entrevistados, através da técnica de análise de conteúdo. A entrevista foi composta por oito perguntas. As entrevistas foram feitas nos meses de novembro e dezembro de 2012.

4.1 Principais erros e seus métodos para a sua prevenção, detecção e correção

Conforme dito anteriormente, as demonstrações contábeis são uma técnica que apresenta uma demonstração da situação administrativa e financeira da entidade, evidenciando a realidade patrimonial. No momento da elaboração das demonstrações faz-se necessária uma atenção redobrada para que cada elemento que compõe a demonstração seja interpretado e calculado da forma correta. Sobre os principais erros mais frequentes nas demonstrações contábeis, cada entrevistado respondeu sobre um enfoque diferente:

O Entrevistado A apontou a elaboração das notas explicativas, que passaram a ser obrigatórias com o advento da Lei nº 11.638/2007 como um item das demonstrações que necessita de uma atenção especial no momento de sua elaboração para a não ocorrência de erros. Para a detecção ou correção de erros, o referido entrevistado sugeriu a elaboração de notas esclarecedoras para o detalhamento das notas explicativas básicas.

O Entrevistado B indica a conciliação de contas bancárias, da conta de fornecedores e da conta clientes. Em especial as contas de financiamento bancário e de dívidas com a fazenda federal e estadual, visto que é necessário que se leve em consideração que os valores podem ter significativa diferença em decorrência dos juros de parcelamento/financiamento. Para detectar ou corrigir possíveis erros o Entrevistado B utiliza a auditoria das contas que irão compor a demonstração.

O Entrevistado C aponta o recolhimento de todos os documentos necessários para as providências cabíveis dentro do prazo exigido pelo fisco. Para a prevenção de erros nas demonstrações o Entrevistado C apresenta como solução fazer uma correta leitura do documento para alcançar o fim desejado.

Como precauções para que não ocorram erros nas demonstrações, os entrevistados indicam as revisões, que podem ocorrer até o número de três. O Entrevistado C ainda complementa indicando disciplina e planejamento como importantes ferramentas na elaboração das demonstrações.

Conforme já mencionado não só na entrevista, mas também no referencial apresentado pela Pricewaterhousecoopers (PWC), há transações que necessitam de uma atenção especial

no momento do registro e da elaboração da demonstração contábeis, necessitando muitas vezes da utilização das notas explicativas, ou até notas complementares para o esclarecimento da situação ou do saldo da conta. Neste contexto o conhecimento, a atenção e a correta execução do trabalho são fatores primordiais para que as demonstrações atendam às exigências e os fins desejados. As conciliações bancárias e os fluxos nas contas de fornecedores e também de clientes são partes onde uma rigorosa atenção é exigida a fim de que sejam interpretados de forma que apresentem um saldo sem distorções devido à má classificação.

4.2 Sobre os reflexos das atitudes dos clientes na prestação do serviço contábil

Atitudes ou omissões por parte das empresas que podem contribuir para demonstrações em desconformidade com a realidade da empresa:

O Entrevistado A registra que quando os empresários não remetem toda a documentação da empresa, contribuem para que algum componente das demonstrações contábeis apresente-se em desconformidade com a realidade. O Entrevistado B aponta a situação em que os gestores não informam as ações extraoperacionais, como por exemplo, transações imobiliárias. O entrevistado C mostra como um fator que contribui para demonstrações em desconformidade a entrega de documentos na última hora ou fora de prazo. Nas palavras do entrevistado C, a maior dificuldade está em conscientizar os empresários da importância da sua colaboração através da entrega dos documentos exigidos dentro do prazo. Os riscos na omissão na entrega da documentação acarretam em pesadas sanções por parte do fisco.

Apesar da evolução na parte legislativa e gerencial das empresas, ainda temos gestores que ainda vêm no profissional da área contábil apenas um “guarda-livros”, um “darfista” encarregado da parte burocrática das empresas. Dessa forma muitas vezes dispensam uma atenção bem menor do que a devida à prestação do trabalho do contador, esquecendo-se que os gestores também têm responsabilidades a cumprir a fim de evitar possíveis erros ou deficiências nas demonstrações contábeis da sua empresa. O comentário do Entrevistado C reflete uma preocupação não só dele, mas de todo o prestador de serviço contábil, que é a conscientização por parte dos gestores de fazerem a sua parte, cumprindo com as suas responsabilidades, como a entrega de documentos dentro do prazo, de informar ao contabilista as transações extra operacionais, como as referentes à área imobiliária, quando esta não for a atividade-fim da empresa. Não basta a contratação do serviço contábil, é necessário que se estabeleça uma relação de parceria e cooperação de ambas as partes para que sejam evitados os erros e se obtenha uma contabilidade revestida de objetividade, certeza e transparência.

4.3 Sobre a relevância das informações atualmente exigidas

Quanto à relevância das informações exigidas pelo fisco nas demonstrações contábeis exigidas atualmente, foi perguntado aos entrevistados se consideram alguma informação exigida irrelevante, ou seja, que não apresente uma utilidade prática. O Entrevistado A aponta que as demonstrações que realmente fazem a diferença são o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício. O Entrevistado B respondeu que no Sistema de SPED, DACOM, PIS/COFINS as informações se repetem. O Entrevistado C afirma que as informações solicitadas apresentam-se muito burocratizadas.

A questão da burocracia ainda é um fator de preocupação, que consome tempo e requer muito cuidado por parte das empresas e para os contadores. A Administração Pública tem buscado evoluir neste sentido, com a finalidade de tornar mais acessível a obtenção de informações por parte das empresas e contadores, aperfeiçoando este processo, e também visando uma fiscalização tributária mais eficiente. No entanto, conforme as declarações dos contadores, das demonstrações contábeis exigidas pelo fisco nem todas apresentam a mesma

relevância, e em alguns casos há redundância de informações. Isso se deve ao fato de que embora a legislação tenha evoluído no sentido de acompanhar as mudanças e inovações econômicas da sociedade, ainda estamos num processo de adequação das exigências por parte do Estado às verdadeiras necessidades das entidades.

4.4 Referente a possíveis demonstrações adicionais para complementar o conjunto de demonstrações contábeis atualmente exigidos

Os entrevistados foram instigados a responder se sobre as informações exigidas pelo fisco na atualidade, quais informações são importantes, mas que ainda não são exigidas pelo fisco. Os Entrevistados não vêem necessidade da criação de uma demonstração adicional.

Conforme já mencionado, das demonstrações exigidas atualmente, na opinião dos entrevistados nem todas as demonstrações contábeis apresentam a mesma utilidade para identificar a situação patrimonial das empresas. Sendo assim as informações necessárias para a avaliação financeira e patrimonial das entidades estão constantes nas demonstrações já existentes, não sendo necessária a criação de novas demonstrações.

4.5 A concordância dos clientes sobre as demonstrações contábeis apresentadas

Foi perguntado se há ocorrência de questionamentos por parte dos clientes sobre as demonstrações elaboradas pelos contadores. O Entrevistado A respondeu que não há questionamentos por parte dos clientes. O Entrevistado B diz que os empresários questionam quando alguma observação é feita por um terceiro. O entrevistado C diz que são raros os questionamentos, visto que os empresários são leigos na área contábil.

É notável a falta de conhecimento ou de interesse por parte dos gestores em controlar como está sendo feito o trabalho contábil referente à sua empresa. Além do envio de informações e de documentos pertinentes ao funcionamento da empresa, o acompanhamento dos dados resultantes dos registros é uma forma interessante de atuação por parte do gestor, auxiliando na prevenção e em possíveis correções de erros nas demonstrações. O fato do pouco conhecimento na área contábil, visto que muitos gestores locais atuam baseados no empirismo acentua a falta de acompanhamento da prestação do serviço e possíveis questionamentos visando a correção de erros ou o suprimento de informações.

4.6 Sobre a qualidade na prestação do serviço contábil

Os entrevistados falam sobre as providências tomadas nos seus escritórios no que tange à capacitação dos seus colaboradores visando a prestação de um serviço de excelência. O Entrevistado A aponta constantes reuniões de atualização, além da participação em cursos, seminários. Também a utilização de consultoria *online*. O Entrevistado B, além das providências citadas pelo entrevistado A utiliza-se também de *software* de contabilidade de alta qualidade, disponibilizando aos clientes acesso através da internet das contas do balancete e documentos, além do balancete apurado em tempo real pela internet. O Entrevistado C apresenta como estratégia a contratação de estagiários dos últimos semestres de contabilidade, visando unir a teoria com a prática. Contrata profissionais vocacionados na área contábil.

Para a prestação de um serviço contábil de qualidade, capaz de suprir as necessidades dos clientes e as exigências do estado, é indispensável a atualização constante por parte dos profissionais, principalmente no que concerne à legislação, em virtude das constantes mudanças nos dispositivos e a criação de novas leis. A informática atua neste contexto como uma ferramenta estratégica, possibilitando a execução do trabalho, a realização de pesquisas e a obtenção de informações precisas com economia de tempo. O investimento em software de contabilidade, a consultoria *online*, utilizados nos escritórios contábeis são exemplos de investimentos com alto grau de aproveitamento na prestação do serviço contábil, fornecendo de forma tempestiva o suporte legislativo necessário à execução do trabalho.

5 Análise dos Resultados

Fazendo-se uma análise bastante objetiva sobre a relação de erros formulada pela Pricewaterhousecoopers (PWC) constata-se a alta relevância, em primeiro lugar do conhecimento e atualização do profissional da área contábil, no que tange à elaboração de demonstrações contábeis que atendam às novas exigências impostas pelos órgãos normativos e fiscalizatórios, como a adequação contábil das empresas ao IFRS, e as modificações e diferenciações que essas exigências implicam. Neste contexto, uma característica basilar no exercício da profissão contábil é a atenção e o detalhamento visando a correta interpretação e alocação dos valores nas contas, classificando-as nos lugares corretos, compondo demonstrações contábeis que atendam aos requisitos exigidos pelas formas societárias e pelos IFRS, apresentando em separado alguns valores em virtude de suas origens para a obtenção de demonstrações corretas, com clareza e objetividade. Dessa forma, as notas explicativas, que tornaram-se exigência pela Lei nº 11.638/2007, apresentam-se como pontos estratégicos das demonstrações financeiras, esclarecendo a forma como os valores são classificados e proporcionando informações objetivas e revestidas de maior credibilidade.

6 Conclusão

Durante a elaboração desse artigo confirma-se o cumprimento dos seus objetivos iniciais, na questão voltada à atuação dos gestores em relação à prestação do serviço efetuado pelo contador, e em relação à execução do trabalho do contador quanto aos fatores mais vulneráveis aos erros nas demonstrações contábeis. A legislação brasileira vem evoluindo com o objetivo de adaptar-se e acompanhar a evolução econômica resultante da globalização, fato este corroborado pela edição da Lei nº 11.638/2007, que faz uma significativa modificação no conjunto das demonstrações contábeis exigidas atualmente em virtude da adaptação aos padrões internacionais de contabilidade.

Através dos quadros analíticos dos principais erros nas demonstrações contábeis das empresas apresentados pela Pricewaterhousecoopers (PWC), é notável a relevância do trabalho do profissional da área contábil para que as demonstrações contábeis atendam às suas finalidades, embasadas na objetividade, certeza e transparência.

Quanto à participação e colaboração dos gestores na obtenção de demonstrações corretas, conforme os dados obtidos nas entrevistas é necessário um maior interesse por parte dos gestores no processo de registro que resultarão na geração de informações referentes à empresa, através do cumprimento das responsabilidades para a prestação do serviço contábil, atuando de forma integrada com o contador para a o alcance das finalidades demonstrações contábeis.

As principais contribuições do artigo para a prática das demonstrações financeiras consistem na análise resultante das entrevistas com profissionais da área contábil e as soluções apontadas pela contribuição destes e da pesquisa na legislação aplicada a contabilidade. Na parte teórica, o estudo contribuiu especificamente dos detalhes que contribuem para erros nas demonstrações. Para os escritórios de contabilidade, o artigo contribui através do estudo dos erros, que sendo evitados resultam não só em demonstrações contábeis corretas, mas na correta arrecadação de tributos provenientes atividade empresarial local, que proporciona a redistribuição da renda arrecadada através dos serviços prestados por parte do Estado, como investimentos em educação, saúde e segurança pública.

Em vista dos argumentos apresentados, para o futuro existe a necessidade de estudos complementares do tema deste artigo no que tange à elaboração por parte do fisco de relatórios acerca dos erros mais comuns com a finalidade de esclarecer e orientar os

profissionais da área contábil e gestores, fomentando a correta arrecadação de tributos, e não a aplicação de sanções.

Referências

- AGOSTINHO, I. **Contabilidade Sem Medo**. Disponível em: < <http://igeo-server.igeo.ufrj.br/curso/Ponto%20dos%20Concursos/PONTO%20DOS%20CONCURSOS/2012/Contabilidade%20sem%20Medo/Aula%2005.pdf> >. Acesso em: 11 dez. 2012.
- BRASIL. **Lei nº 6.404**, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 11 dez. 2012.
- _____. **Lei nº 6.385**, de 07 de dezembro de 1976. Dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 11 dez. 2012.
- _____. **Lei nº 11.638**, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei 6404/76, e da Lei 6.385 de 07 de dezembro de 1976, e estabelece às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de Demonstrações Financeiras. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 11 dez. 2012.
- _____. **Lei nº 12.249**, de 11 de junho de 2010. Altera artigos do Decreto-lei nº 9.295/1946, entre outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 11 dez. 2012.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). **Resolução CFC nº 750**, de 29 de dezembro de 1993. Dispõe sobre os princípios da contabilidade. Disponível em: <<http://www.cfc.org.br>>. Acesso em 11 dez. 2012.
- _____. **Resolução CFC nº 1.282**, de 28 de maio de 2010. Atualiza e consolida dispositivos da resolução CFC Nº 750/93, que dispõe sobre os princípios fundamentais de contabilidade. Disponível em: <<http://www.cfc.org.br>>. Acesso em 11 dez. 2012.
- CPCON Soluções Corporativas. **IFRS: As Normas Internacionais de Contabilidade e a Padronização do Controle Patrimonial**. Disponível em: <<http://www.cpccon.eng.br/gestao-patrimonial/gestao-financas/ifrs-controle-patrimonial/>>. Acesso em: 11 dez. 2012.
- FERREIRA, R. J. **Contabilidade Avançada e Intermediária**. 3. ed. Rio de Janeiro: Ferreira, 2009.
- CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESPÍRITO SANTO (CRCES). **Fiscalização**. Disponível em: <<http://www.crc-es.org.br/fiscalizacao>>. Acesso em 11 dez. 2012.
- HAIR, J. F. et al. **Fundamentos de Métodos de Pesquisa em Administração**. Porto Alegre: Artmed, 2005.
- IUDÍCIBUS, S.; MARION, J. C. **Contabilidade Comercial**. São Paulo: Atlas, 2000.
- MORAES, J. J. **Contabilidade Geral**. São Paulo: Editora Campus, 2011.
- OLIVEIRA, S. B. **Apostila Demonstrações Contábeis**. Disponível em: <<http://www.scribd.com/doc/3073821/Apostila-Demonstracoes-Contabeis>>. Acesso em: 11 dez. 2012.
- PORTAL de Contabilidade. **Introdução às normas brasileiras de contabilidade (NBC)**. Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/nbc/normascontabilidade.htm>>. Acesso em: 11 dez. 2012.
- _____. **História da Contabilidade**. Disponível em: <www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/historia.htm>. Acesso em: 11 dez. 2012.
- PRICEWATERHOUSECOOPERS (PWC). **Demonstrações Financeiras primárias (os quadros): erros comuns e itens a serem considerados**. Disponível em: <<http://www.pwc.com.br/pt/ifrs-brasil/navegador-contabil/demonstracoes-financieras-primarias.jhtml>>. Acesso em: 11 dez. 2012.

REIS, A. **Demonstrações Contábeis Estrutura e Análise**. 3. ed. Porto Alegre: Saraiva, 2009.

ESTUDO DOS ERROS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: UMA PESQUISA NOS ESCRITÓRIOS CONTÁBEIS EM SANTANA DO LIVRAMENTO/RS

Área Temática: Contabilidade para Usuários Externos

Resumo

O objetivo do estudo é analisar os principais erros ocorridos nas demonstrações contábeis, analisando as causas dos referidos erros, as ações profissionais da área contábil para prevenção dos erros, bem como as atitudes dos empresários que podem colaborar para erros nas demonstrações ou informações insuficientes. Para a realização da pesquisa, a técnica utilizada foi a entrevista do tipo estruturada com profissionais responsáveis por três escritórios contábeis em Santana do Livramento/RS. Os resultados da presente pesquisa apontam a necessidade de uma maior sinergia entre os responsáveis pelas empresas e os profissionais que lhes prestam o serviço contábil, a fim de que seja possível um trabalho de forma integrada, compartilhando informações e cumprindo as responsabilidades que a cada um desses atores é incumbida, para a obtenção dos resultados desejados. As principais conclusões refletem que as demonstrações contábeis atuam de forma basilar nas decisões da empresa, fornecendo informações para o alcance dos objetivos da entidade. A elaboração dessas demonstrações deve ser resultado de um trabalho fundamentado no conhecimento atualizado e competente do profissional contábil e da colaboração responsável e consciente por parte do gestor da entidade para o alcance de suas metas e do atendimento das exigências dos órgãos de fiscalização.

Palavras-chave: Contabilidade; Demonstrações Contábeis; Erros nas Demonstrações.

Gabriela Elaine Silva. Aluna de Pós-graduação na Universidade Federal do Pampa.

Ariel Behr. Professor Assistente na Universidade Federal do Pampa. arielbehr@unipampa.edu.br

Jeferson Luis Lopes Goularte. Professor Assistente na Universidade Federal do Pampa. jefersongoularte@unipampa.edu.br

Thadeu José Francisco Ramos. Professor Assistente na Universidade Federal do Pampa. thadeuramos@unipampa.edu.br